

A INCLUSÃO DOS JOVENS “POBRES” NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Gilson de Oliveira¹

Augusta Pelinski Raiher²

RESUMO: Este artigo teve como objetivo analisar a inserção do jovem, especialmente dos que estavam na condição de pobreza, no mercado de trabalho brasileiro, mensurando o impacto do Programa Bolsa Família (PBF) nesse processo. Com os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios de 2015, fez-se inicialmente uma análise exploratória dos dados e, na sequência, aplicou-se a metodologia *Propensity Score Matching* (PSM). Como corolário, ao comparar com a população economicamente ativa do país, se constatou maior dificuldade dos jovens se inserirem no mercado de trabalho, tendo uma exclusão ainda maior dos jovens em condição de pobreza, apresentando elevadas taxas de desemprego, de informalidade, com os menores salários. Os resultados do PSM sinalizam ausência de efeitos do PBF na inserção dos jovens beneficiários no mercado de trabalho formal, além de se ter um impacto negativo na renda dos participantes, ao mesmo tempo em que não foi identificado o “efeito preguiça”.

Palavras-Chave: Jovens; Pobreza; Programa Bolsa Família; Renda; Emprego.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the insertion of young people, especially those who were in poverty, in the Brazilian labor market, measuring the impact of the Programa Bolsa Família (PBF) in this process. With data from the National Household Sample Survey of 2015 and 2016, an exploratory analysis of the data was performed initially, and the Propensity Score Matching (PSM) methodology was applied. As a corollary, when comparing with the economically active population of the country, it was found more difficult for young people to enter the labor market, with an even greater exclusion of young people in poverty, presenting high rates of unemployment, informality with minors salary. The PSM results indicate that there are no effects of the PBF on the insertion of the young beneficiaries in the formal labor market, in addition to having a negative impact on the income of the participants, at the same time that the "lazy effect" has not been identified.

Keywords: Young people; Poverty; Programa Bolsa Família; Income; Employment.

JEL: J08, I38.

ÁREA: Desenvolvimento Econômico

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018).

² Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Professora do Programa de Pós- Graduação em Economia, do Programa de Ciência Sociais Aplicadas e do curso de Economia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Bolsista Produtividade CNPQ.

1. INTRODUÇÃO

O Bolsa Família corresponde a um programa federal de transferência de renda do Brasil, cuja meta é garantir que pessoas com renda *per capita* de até R\$ 170,00 mensais³ consigam satisfazer suas necessidades básicas. Busca incluir socialmente as famílias que sobrevivem em condição de miséria, avançando nos indicadores sociais com o intuito de romper o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza (Campello, 2013).

A Medida Provisória de 2003 instituiu o Programa, a qual foi convertida em Lei no mês janeiro de 2014. Sua origem teve por finalidade unificar e ampliar programas de distribuição de renda já existentes no país, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (BRASIL, 2016). Em agosto de 2017 o Programa Bolsa Família (PBF) atendeu 13.495.513 famílias, transferindo um montante total de R\$ 2.425.517.419,00 (MDS, 2017).

Para acessar o PBF é exigido que na composição familiar se tenha gestantes ou crianças/adolescentes com idade entre 0 e 17 anos. Ademais, ao ingressar no Programa é necessário manter as crianças e os adolescentes na escola, além de cumprir todos os cuidados básicos referentes à saúde. Essas condicionalidades têm o propósito de aumentar a escolaridade e a execução da agenda de saúde, afetando, conseqüentemente, a qualidade da formação do capital humano da classe beneficiada, facilitando a sua inserção *ex post* no mercado de trabalho.

A literatura empírica sugere um impacto positivo da transferência de renda nos indicadores socioeconômico, especialmente na redução da pobreza [como inferem Jannuzzi e Pinto (2010), Campello (2013), dentre outros], porém alguns trabalhos apontam relação negativa na escolha ocupacional por empregos formais e informais (como em Castro, 2010). Nesse sentido, o maior desafio do programa é possibilitar que seus beneficiários cumpram as condicionalidades e ingressem no mercado de trabalho, deixando de depender da assistência financeira do estado.

Com efeito, no relatório do Ministério de Desenvolvimento Social (2012) observou-se uma diminuição de 8,8 horas semanais no trabalho formal e um aumento de 8,7 horas semanais no trabalho informal entre pessoas de 18 a 65 anos beneficiadas pelo Programa. Essa mudança no mercado de trabalho retrata um efeito substituição na escolha ocupacional entre o emprego com vínculo e o sem vínculo empregatício (Barbosa e Corseuil, 2013).

Costa et al (2016) investigaram a existência do “efeito preguiça” entre os beneficiários do Bolsa Família, utilizando os microdados do Censo amostral do IBGE do ano de 2010. Os resultados, em geral, sinalizaram para a existência de efeitos negativos do PBF na jornada de trabalho de domicílios

³ Ressalta-se que esse valor é referente ao ano de 2015.

beneficiados por esse programa. Além disso, analisando o impacto na renda do trabalho, apresentou um efeito negativo, inferindo que as famílias beneficiárias tenderam a receber menos no labore do que as não contempladas pelo programa.

Cabe ressaltar que essas e outras evidências empíricas relacionam de maneira geral o PBF com o mercado de trabalho, abrangendo a população ativa como um todo, não focando em grupos que receberam um tratamento direto do programa, ou seja, não investigam pontualmente aqueles grupos que foram afetados pelas condicionalidades. Nesse sentido, esse trabalho contribui com a literatura da área, ao analisar a inserção do jovem, especialmente do jovem na condição de pobreza, no mercado de trabalho, mensurando o impacto do PBF nessa dinâmica⁴, comparando dois grupos: os jovens beneficiários do programa *versus* os que não recebiam os recursos e também estavam na condição de pobreza. A investigação desse impacto recaiu em três dimensões: inserção no mercado formal, geração de renda do trabalho e horas trabalhadas.

Frisa-se a importância de se analisar a influência da renda adicional oriunda do PBF nessas dimensões, investigando se, dada as suas condicionalidades, conseguiu-se produzir autonomia para essa classe da população, ou seja, se de fato os jovens do programa estão conseguindo se inserir mais fortemente no mercado de trabalho, rompendo com o círculo vicioso da pobreza intergeracional. Neste contexto, a hipótese é de que as condicionalidades do programa facilitam o ingresso no mercado de trabalho formal dos jovens beneficiários, conseguindo gerar maior renda do trabalho e horas trabalhadas.

A inserção dos jovens no mercado de trabalho se apresenta como um dos gargalos para a dinâmica do desenvolvimento econômico do Brasil. Essa entrada está condicionada a alguns fatores, como a escolaridade e a experiência profissional, elementos que limitam as oportunidades individuais, bem como o próprio processo de desenvolvimento do país (Andrade, 2008; Cunha et al, 2011; dentre outros).

Segundo os dados da PNAD (2015), a taxa de ocupação dos jovens economicamente ativos era 16% menor que a taxa observada para a população nacional, apresentando, concomitantemente, uma taxa de desemprego 2,6 vezes maior. Tais dados evidenciam a dificuldade dos jovens de ingressarem no mercado de trabalho brasileiro.

Ademais, entre os jovens ocupados, apenas 56% trabalhavam no segmento formal. Cabe frisar que o nível de formalidade da economia é importante para a dinâmica do desenvolvimento, especialmente por estar associado à maiores salários e por garantir acesso aos direitos trabalhistas (Oliveira e Piccinini,

⁴ Como o PBF teve início em 2003, muitos dos jovens de 2015 e de 2014 (especialmente os que recebem o benefício) percorreram um período recebendo e, conseqüentemente, recaíram nas condicionalidades. Por isso, os anos escolhidos para a análise foi o mais longínquo de 2003 (ou seja, 2015 e 2014), visando testar o efeito do PBF para essa parcela da população que potencialmente recebeu os benefícios *ex ante* e que foram atingidas pelas condicionalidades.

2011). Por tanto, a informalidade apresenta-se como um problema do mercado de trabalho brasileiro, recaindo também sobre o grupo de jovens.

Com efeito, a renda dos jovens que estavam na informalidade em 2015 era menor do que o salário de quem estavam na formalidade, no entanto, quando se compara esse valor com o rendimento de todos os trabalhadores brasileiros informais ele era ainda menor, 32% a menos. A mesma situação se tinha com os jovens que estavam ocupados com vínculo empregatício, cujo valor recebido era 46% menor que a média salarial do país. Assim, a desigualdade não se dava apenas entre os segmentos formais e informais, mas, também, em cada um desses os jovens tenderam a ter remunerações inferiores. Isso se deve à falta de experiência, bem como, a inserção desse grupo populacional nos postos de trabalhos menos qualificados, que remuneram menos, decorrentes da falta de formação do capital humano e da escassa oferta desses postos de trabalho no país.

Todos esses indicadores ratificam a vulnerabilidade dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, cuja fragilidade se intensificar quando se analisa os inseridos na pobreza. Em 2015, 15% dos jovens economicamente ativos estavam inseridos na condição de pobreza, os quais detinham um percentual de desemprego 2,7 vezes maior do que os jovens não pobres. Ou seja, a falta de emprego que já é grande entre os jovens, é ainda maior entre os jovens inseridos na condição de pobreza. Ademais, além de terem um nível de empregabilidade menor, ocupavam sobretudo o segmento informal (78%), cenário bem distinto do que ocorria com os não pobres, os quais tinham apenas 20% dos seus jovens na informalidade. Isso ratifica a insegurança laboral dos jovens, especialmente dos com menores condições de renda, corroborando com os resultados encontrados por Corseuil e Franca (2015), que evidenciaram que grupos em situação social delicada enfrentam barreiras maiores para se incluir no mercado de trabalho brasileiro.

Portanto, existe uma heterogeneidade no mercado de trabalho brasileiro, com uma fragilidade maior para os jovens, especialmente para os inseridos na condição de pobreza, os quais detém taxa de ocupação e salários menores, com uma taxa de desemprego e de informalidade significativamente mais elevada.

E são esses dados que justificam essa pesquisa, com o intuito de investigar o impacto que o Programa Bolsa Família tem na inserção dos jovens pobres no mercado de trabalho do Brasil. Para isso, este artigo está composto por quatro seções, incluindo esta. Na segunda tem-se os elementos metodológicos. Na sequência, tem-se a análise do mercado de trabalho dos jovens pobres brasileiros e o impacto do programa Bolsa Família. Por fim, tem-se as considerações finais.

2. ELEMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados utilizados nesta pesquisa foram extraídos da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) do ano de 2015 e 2014, visando estimar o impacto do PBF no mercado de trabalho dos jovens urbanos⁵ brasileiros. Ressalta-se que para estimar os modelos econométricos se considerou apenas aqueles jovens que se autodeclararam como economicamente ativos, e em todas as análises se utilizou a expansão da amostra.

Um dos desafios para os que estudam o impacto do PBF está na identificação dos indivíduos que participam desse programa, dado que, em geral, as pesquisas amostrais anuais não possuem uma variável específica que classifica o entrevistado como beneficiário ou não. Por isso, é necessário utilizar algum método capaz de determinar a probabilidade de participação dos jovens brasileiros urbanos no PBF.

Na literatura, alguns procedimentos de identificação são utilizados. Por exemplo, Dropa (2016) estimou o impacto do PBF sobre a decisão de trabalho de crianças e adolescentes tendo como critério dois elementos para identificar quem era beneficiário: 1) presença de rendimentos per capita de até R\$ 300,00 e; 2) possuir valores na variável “outros rendimentos”⁶. Assim, os mesmos critérios da autora foram utilizados nesta pesquisa, acrescentando as seguintes características para compor o grupo de análise: jovem economicamente ativo com idade entre 15 a 24 anos e residente em área urbana. Jovens que não tinham renda per capita declarada ou com valores discrepantes foram retirados a fim de minimizar vies.

Foi analisada as características dos jovens que estavam na condição de pobreza (cuja linha de corte considera foi uma renda per capita de até R\$ 300) com os demais jovens brasileiros economicamente ativos. De posse da classificação dos jovens (15 a 24 anos)⁷ que participavam do PBF e dos que não participavam, utilizou-se o método *Propensity Score Matching* (PSM) para avaliar o alcance do PBF no êxito da inserção no mercado de trabalho formal dos jovens, na geração de renda do trabalho e no número de horas trabalhadas. Ao todo, o tamanho da amostra para 2014 correspondeu a 3.810, sendo 2.101 jovens que compuseram o grupo de controle e 1.709 o de tratamento; em 2015, o total da amostra foi 3.899, com 1.691 jovens no grupo de tratamento e 2.208 no de controle. Ressalta-se que essa amostragem correspondeu a 2.011.122 jovens em 2014 e 2.088.975 em 2015.

Na sequência, é apresentado o método econométrico que foi utilizado. É importante destacar que o PSM é considerando um dos melhores métodos para se avaliar política pública exatamente por

⁵ Focou-se apenas nos jovens urbanos tendo em vista a alta informalidade do campo, conforme inferido no estudo de Costa et al (2014).

⁶ A variável V1273 da PNAD corresponde a valores declarados de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos. Partindo do pressuposto de que pobres não possuem aplicações financeiras, tampouco recebem valores expressivos de juros de caderneta de poupança ou dividendos, e nessa pesquisa, considerou-se que os valores declarados entre R\$ 30 e R\$ 350 reais correspondem aos recursos repassados pelo PBF.

⁷ De acordo com o critério adotado pelo IBGE, considera-se jovens os indivíduos com idade entre 15 e 24 anos.

comparar os indivíduos em termos da probabilidade de seleção dadas suas características. Esse método tem por finalidade encontrar um grupo de comparação ao grupo de tratamento a partir de uma amostra de indivíduos que não participam do programa ou política (grupo de controle). Tomam-se como base as características observáveis do grupo de tratamento, comparando-o com o grupo de controle, composto por indivíduos com características semelhantes às do grupo de tratamento. Não é apenas uma média entre grupos, mas sim, entre indivíduos com características iguais (ou próximas), ou seja, o grupo de controle tende a ter o máximo de similaridade com o grupo afetado pela política em termos das variáveis observadas relevantes para o tratamento. Assim, basicamente, essa metodologia permite encontrar jovens não beneficiários que sejam semelhantes quanto às características observáveis aos jovens beneficiários, a partir de grupos de controle selecionados.

2.1 Modelo Econométrico: Propensity Score Matching

Uma forma eficiente para se avaliar o efeito de uma política pública sobre determinada variável consiste em observá-la quando a unidade de análise i (neste caso, jovens) é beneficiado por determinada política *versus* quando não é (Heinrich *et al.*, 2010). A diferença obtida na variável de interesse consiste no impacto da política pública. Ou seja (1):

$$\delta_i = Y_{1i} - Y_{0i} \quad (1)$$

Em que: δ_i é o efeito da política pública – neste caso, do PBF - na variável de interesse (emprego formal, rendimento do trabalho, número de horas trabalhadas), com relação à unidade de análise (jovens) i ; Y_{1i} é o valor da variável de interesse após a participação do jovem i no programa; e Y_{0i} denota o valor da variável de interesse se o jovem i não participasse do programa.

O impacto de qualquer política pública não deve ser individualizado, mas sim, mensurar seu efeito médio sobre o grupo analisado. Para isso, usa-se o parâmetro conhecido como Efeito Médio do Tratamento, *Average Treatment Effect* (ATE), descrito por (2).

$$ATE = E(\delta) = E(Y_1 - Y_0) \quad (2)$$

Em que: E corresponde ao valor esperado; Y_1 é o valor da variável de interesse após a participação dos jovens no programa; e Y_0 denota o valor da variável de interesse caso os jovens não participem do programa.

A dificuldade de se mensurar (2) é que esse e outros efeitos não necessariamente são observáveis. Dessa forma, supondo que a diferença entre as médias seja dada pela média das diferenças, então ATE pode ser representado por (3).

$$ATE = E(Y_1|T = 1) - E(Y_0|T = 1) \quad (3)$$

O item $E(Y_0|T = 1)$ representa o resultado médio que os tratados teriam obtido na ausência de tratamento, elemento que não é observado. Por isso, esse valor passa a ser substituído por $E(Y_0|T = 0)$, mensurando o valor da variável de interesse, Y_0 , do grupo dos não beneficiados pelo programa, o qual é observado. A partir daí, se pode calcular:

$$\Delta = E(Y_1|T = 1) - E(Y_0|T = 0) \quad (4)$$

Se somar e subtrair de (4) o termo $E(Y_0|T = 1)$, ter-se-á a diferença entre Δ e o ATE (5):

$$\Delta = E(Y_1|T = 1) - E(Y_0|T = 1) + E(Y_0|T = 1) - E(Y_0|T = 0) \quad (5a)$$

$$\Delta = ATE + E(Y_0|T = 1) - E(Y_0|T = 0) \quad (5b)$$

$$\Delta = ATE + SB \quad (5c)$$

Em que: **SB** corresponde à diferença entre a variável **Y** do grupo dos beneficiados pelo programa e dos não beneficiados. Se **SB** for igual a zero, **ATE** pode ser mensurado por meio da diferença entre as médias da variável **Y**; no entanto, dificilmente isso ocorre, e, por isso, se deve utilizar uma metodologia adequada que garanta que o termo **SB** seja igual a zero.

Um dos métodos utilizado para minimizar o viés de seleção, especialmente quando a seleção dos participantes de determinado programa não é aleatória⁸, corresponde ao *Propensity Score Matching* (PSM). Para isso, deve-se ter dois grupos: o de tratamento e o de controle. O primeiro é composto pelos indivíduos (jovens – no caso dessa pesquisa) que receberam recursos do programa, e o segundo pelos que não receberam esses recursos.

A dificuldade que se tem em mensurar os efeitos do PBF entre esses dois grupos funda-se na distinção das características existentes entre ambos (como idade, raça, escolaridade, etc.), características que podem estar determinando a diferença na variável de interesse. Com efeito, Cavalcanti et al (2016) inferem que a avaliação ideal do impacto de qualquer política pública seria a comparação entre um mesmo grupo em dois contextos: participar ou não de um programa. Porém, como isso não é possível, a alternativa está na criação de um grupo estatisticamente idêntico, de modo que o diferencial se apoia apenas no fato de participar ou não de uma política pública específica.

E o método PSM permite fazer essa comparação, encontrando os similares dentro dos grupos de jovens beneficiados pelo PBF (grupo de tratamento, T=1) e não beneficiados (grupo de controle, T=0). Esta propensão é gerada a partir das características observáveis dos jovens, e que afetam a sua

⁸ Dada a não aleatoriedade, não se consegue separar o efeito do programa dos efeitos de outros fatores que também podem influenciar a variável de interesse.

probabilidade de participação no PBF. Assim, a participação ou não dos jovens no programa passa a ter um caráter aleatório (Heinrich et al., 2010). Nessa pesquisa as características (denominadas de covariadas) utilizadas para esse pareamento foram: morar nas Regiões Sul\Sudeste; viver com cônjuge; ser chefe da família; idade; número de filhos; raça; gênero; número de pessoas da família; escolaridade, renda per capita do domicílio e; estar ocupado. A determinação dessas variáveis seguiu os trabalhos da área que utilizam PSM e analisam o mercado de trabalho, como o de Nascimento e Kassouf (2016), Tavares (2010) e Vasconcelos et al (2017).

Cabe ressaltar que ao buscar similares quando se tem diferentes características elencadas incorre-se, possivelmente, no problema da multidimensionalidade, ou seja, o jovem **i** pode ter algumas características próximas do jovem **j** e outras de **m**. Neste caso, a dificuldade estaria em estabelecer com quem **i** deveria ser comparado. Conforme destacado por Rosenbaum e Rubin (1983), o PSM minimiza esse problema, calculando a probabilidade de o jovem vir a receber o tratamento levando em consideração as suas características observáveis (covariadas). Nessa pesquisa, essa probabilidade foi mensurada pelo modelo Logit (6), com o pareamento (matching) sendo baseado no pressuposto de independência condicional. Como consequência desse pressuposto, a diferença entre as médias das covariadas do grupo de tratamento e de controle não pode ser estatisticamente diferentes de zero.

$$P(T_i = 1|X_i) = \frac{1}{1+e^{-x_i'\beta}} \quad (6)$$

Em que: $P(T_i=1|X_i)$ denota-se a probabilidade do jovem participar do programa, considerando suas covariadas.

Na sequência, o PSM faz um pareamento⁹ entre os jovens com escores iguais ou próximos e, em seguida, avalia se o grupo de tratamento obteve emprego formal, horas trabalhadas e rendimentos do trabalho, estatisticamente superiores aos do grupo de controle. Cabe destacar como principal limitação do PSM está no fato de que se o *status* de ser tratado for influenciado por características não observáveis tem-se a quebra do pressuposto de independência condicional, e, neste caso, os impactos estimados podem ser enviesados (OLIVEIRA, 2016). Além do mais, ao analisar apenas um ano específico pode-se ter elementos pontuais que afetam o grupo de tratado ou de controle, viesando os resultados; por isso, optou-se por repetir o método para mais um ano, analisando 2014 e 2015. Por fim, no Apêndice A e B tem-se a correlação entre as covariadas, ressaltando que em nenhum dos casos o valor superou 0,80, o que, segundo Oliveira (2016), seria a correlação máxima para não distorcer os resultados do PSM.

⁹ Ressalta-se que o pareamento (matching) foi realizado por meio do algoritmo do vizinho mais próximo.

3. MERCADO DE TRABALHO E OS JOVENS BRASILEIROS: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

3.1 Mercado de Trabalho dos Jovens Pobres Brasileiros e o Impacto do Programa Bolsa Família

As estatísticas demonstram a grande vulnerabilidade dos jovens brasileiros economicamente ativos, com especial destaque para os jovens pobres. Por isso, para se quebrar esse círculo vicioso da pobreza existente no Brasil são necessárias ações específicas que visem romper tal processo, focando, sobretudo nesse grupo mais fragilizado.

Uma das políticas implementadas na década de 2000 que tem como objetivo retirar da vulnerabilidade a população brasileira, refere-se ao Programa Bolsa Família (PBF). Suas condicionalidades, em tese, tendem a proporcionar uma melhor inserção da população no mercado de trabalho por exigir, por exemplo, que as crianças/adolescentes frequentem a escola. No médio prazo, a expectativa é de que, dada a formação do capital humano desse grupo, se tenha um rompimento da pobreza intergeracional, com uma intensificação da sua inserção no mercado de trabalho, gerando autonomia de renda.

Nesse sentido é que se avaliou a efetividade do PBF na inserção dos jovens no mercado de trabalho, jovens que foram beneficiados pelas condicionalidades do programa. E para isso, utilizou-se o método *Propensity Score Matching* (PSM).

O primeiro passo para a correta aplicação do método consistiu em dividir o conjunto dos jovens pobres brasileiros em tratados (aqueles que participaram do Programa Bolsa Família) e no grupo de controle (aqueles que não participaram do Programa), verificando se as características de ambos os grupos são as mesmas (Tabela 1).

Para atender a esse princípio, comparou-se as características (covariadas selecionadas) dos jovens participantes do programa (tratamento) com as características dos jovens não participantes (controle) por meio de um teste de diferença de médias. Os resultados demonstraram que, com exceção do gênero e da ocupação, todas as covariadas apresentaram diferenças significativas entre as médias, evidenciando que as características eram diferentes em ambos os grupos. Ademais, manteve os resultados tanto em 2014 como também em 2015, com valores bastante próximos, o que dá robustez às análises feitas na sequência.

Tabela 1: Diferença de médias entre as variáveis covariadas antes do pareamento – jovens pobres – Brasil – 2015 e 2014

	Média 2014			Média 2015		
	Não Tratados	Tratados	teste t – p-valor	Não Tratados	Tratados	teste t – p-valor
Dummy Sul/Sudeste	0,33	0,20	8,9*	0,33	0,21	7,91*
Dummy Cônjuge	0,36	0,22	9,39*	0,31	0,25	4,31*
N. pessoas	3,96	4,62	11,89*	4,05	4,62	9,72*
Filhos	0,23	0,29	2,11*	0,26	0,32	2,66*
Dummy Responsável	0,30	0,16	9,91*	0,25	0,18	5,67*
Dummy Gênero	0,57	0,55	1,58	0,55	0,56	0,51
Idade	20,00	19,52*	5,48*	20,02	19,72	3,64*
Dummy Raça	0,28	0,20	5,60*	0,27	0,22	1,98*
Renda per capita domiciliar	214,15	192,89	9,15*	210,34	184,56	10,57*
Ocupação	0,61	0,57	1,43	0,50	0,52	0,61
Escolaridade	9,31	9,05	2,78*	9,71	9,23	5,14*

Fonte: Resultado da Pesquisa.

Nota: Ns: não significativo a 5%; Dummy Sul/Sudeste: para Sul/Sudeste igual a 1 e 0 caso contrário; Dummy Gênero: para homem igual a 1 e 0 caso contrário; Dummy Responsável: se é o responsável pela família 1, caso contrário, 0; Dummy Raça: 1 para cor branca, 0 caso contrário; Dummy Cônjuge: 1 se tem um cônjuge (casado ou mora junto), 0 caso contrário.

É importante destacar que, depois do pareamento, as características do grupo tratado e de controle devem ser similares, de maneira que o teste de diferença entre médias de cada covariada não deve ser significativo. Se ele for, não é possível realizar a análise do impacto do PBF no mercado de trabalho especialmente porque os resultados podem decorrer de outras características dos jovens que não da influência do PBF. Por isso, na tabela 2, comparou-se os grupos de tratamento e controle pós pareamento, realizando novamente o teste de diferença entre médias.

Como corolário, as diferenças não foram estatisticamente significativas entre as médias das variáveis do grupo de tratamento *versus* o de controle tanto para 2014 como para 2015, permitindo que se comparasse os dois grupos.

Tabela 2: Diferença de médias entre as variáveis covariadas após do pareamento jovens pobres – Brasil – 2015 e 2014

	Média 2014			Média 2015		
	Não Tratados	Tratados	teste t – p-valor	Não Tratados	Tratados	teste t – p-valor
Dummy Sul/Sudeste	0,20	0,21	0,25	0,22	0,20	1,40
Dummy Cônjuge	0,22	0,20	1,42	0,25	9,27	1,34
N. pessoas	4,62	4,56	0,99	4,61	4,56	0,79
Filhos	0,29	0,29	0,16	0,32	0,33	0,29
Dummy Responsável	0,16	0,18	1,41	0,18	0,18	0,27
Dummy Gênero	-	-	-	-	-	-
Idade	19,54	19,59	0,78	19,72	19,75	1,20
Dummy Raça	0,21	0,20	0,77	0,23	0,22	0,70
Renda per capita domiciliar	192,89	190,53	0,92	184,56	185,94	0,53
Ocupação	-	-	-	-	-	-
Escolaridade	9,05	8,8	1,90	9,23	9,18	0,61

Fonte: Resultado da Pesquisa.

Nota: Ns: não significativo a 5%; Dummy Sul/Sudeste: para Sul/Sudeste igual a 1 e 0 caso contrário; Dummy Gênero: para homem igual a 1 e 0 caso contrário; Dummy Responsável: se é o responsável pela família 1, caso contrário, 0; Dummy Raça: 1 para cor branca, 0 caso contrário; Dummy Cônjuge: 1 se tem um cônjuge (casado ou mora junto), 0 caso contrário.

Os resultados para o modelo logit que calcula a probabilidade de participar do Programa Bolsa Família para o ano de 2014 e 2015 encontram-se na Tabela 3. Por meio dessa probabilidade é que se realiza o pareamento entre as observações, de maneira que se encontra para cada observação tratada um (ou mais de um) “par” no grupo de controle que tenha a mesma probabilidade estimada de participação do programa. Neste escopo, são comparadas as observações que difiram apenas no fato de que uma recebe o benefício e outra não, sendo idênticos todos os outros aspectos. Praticamente todas as covariadas afetam a probabilidade de se inserir no PBF.

Tabela 3 – Resultados do modelo logit que estima a probabilidade de participação do programa Bolsa Família – 2014 e 2015

Variáveis	Coefficiente 2014	Coefficiente 2015
Dummy Sul/Sudeste	-0,64*	-0,63*
Dummy Cônjuge	-0,36*	-0,14**
N. pessoas	0,17*	0,15*
Filhos	0,13*	0,19*
Dummy Responsável	-0,47*	-0,32*
Idade	-0,01	-0,2
Dummy Raça	-0,26*	0,34*
Renda per capita domiciliar	-0,004*	-0,004*
Escolaridade	-0,02*	-0,04*
Pseudo R	0,37	0,28

Fonte: Resultado da Pesquisa.

Nota: * Significativo a 5%

Após o pareamento do grupo de tratamento e de controle, aplicou-se o Propensity Score Matching visando identificar o impacto do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho dos jovens pobres. Na Tabela 4, tem-se o resultado para a inserção no mercado formal, o qual se apresentou sem significância estatística em ambos os anos. Ou seja, os jovens que receberam benefícios do Programa Bolsa Família não necessariamente tenderam a se inserir mais fortemente no mercado de trabalho formal do que os demais jovens pobres.

Resultados semelhantes foram obtidos por Barbosa e Corseuil (2013), os quais, analisando os beneficiados como um todo, constataram que ser beneficiário do PBF não induz a se inserir mais fortemente no mercado de trabalho formal. Uma hipótese é de que a própria exigência do Programa de atender famílias que recebem uma renda per capita de até R\$ 170,00 induziria que a inserção dos indivíduos, e nesse caso, dos jovens, no mercado informal, visando não comprovar tal renda recebida e, permanecendo, assim no Programa.

Tabela 4: Efeito médio do programa Bolsa Família sobre o mercado de trabalho formal (1 se está no mercado de trabalho e 0 caso contrário) dos jovens pobres brasileiros participantes do Programa Bolsa Família – 2014 e 2015

Variável resultado	Efeito médio	Std. Err.	Z
Mercado de trabalho Formal 2014	-0,02	0,01	-1,31
Mercado de trabalho Formal 2015	0,004	0,01	0,35

Fonte: Estimação dos autores com os dados da pesquisa.

No caso da renda do trabalho (Tabela 5), teve-se um efeito inverso, de maneira que o PBF apresentou um impacto negativo sobre a renda obtida com o trabalho. De maneira mais específica, obteve-se, na média, uma renda inferior para os jovens beneficiados do Bolsa família no valor de R\$ 24,22 em 2014 e, em 2015, de R\$ 14,55.

Uma das justificativas para tal resultado decorre da maior informalidade na qual estão inseridos os jovens pobres participantes do Programa, recebendo, por consequência, uma renda inferior. Ressalta-se que dentre os pobres, tanto os que participavam do PBF como os que não estavam inseridos detinham altas taxas de desemprego e baixo nível de ocupação, no entanto, a formalidade e a renda do trabalho eram maiores naqueles jovens não beneficiados pelo programa.

Resultados semelhantes foram encontrados por Costa et al (2016), os quais ao analisar o impacto do PBF no valor médio da renda do trabalho de participantes e não participantes também identificaram um efeito negativo do PBF na renda do trabalho dos beneficiários.

Tabela 5: Efeito médio do programa Bolsa Família sobre a renda do trabalho dos jovens pobres brasileiros participantes do Programa Bolsa Família – 2014 e 2015

Variável resultado	Efeito médio	Std. Err.	Z
Renda do Trabalho 2014	-24,22	10,56	-2,29*
Renda do Trabalho 2015	-14,55	9,48	-1,90**

Fonte: Estimaco dos autores com os dados da pesquisa.

Nota: *significativo a 5%; ** significativo a 10%.

Por fim, analisou-se as horas trabalhadas no mercado de trabalho, não se tendo diferença estatística nesta variável tanto para 2015 como para 2014 (Tabela 6). Isso contraria algumas pesquisas, como Costa et al (2016), que apresentaram um “efeito preguiça” para quem recebe benefícios do Programa Bolsa Família. Assim, no caso dos jovens economicamente ativos não se captou tal efeito.

Portanto, como não se teve diferença estatisticamente significativa nas horas trabalhadas entre os que receberam Bolsa Família e os demais jovens pobres, e mesmo assim os primeiros tenderam a ter uma renda menor, reforça-se o argumento da informalidade como decisiva na discrepância da renda do trabalhador juvenil do PBF.

Tabela 6: Efeito médio do programa Bolsa Família sobre horas trabalhadas dos jovens pobres brasileiros participantes do Programa Bolsa Família – 2014 e 2015

Variável resultado	Efeito médio	Std. Err.	Z
Renda do Trabalho 2014	0,42	0,74	0,57
Renda do Trabalho 2015	0,89	0,81	1,10

Fonte: Estimaco dos autores com os dados da pesquisa.

Destarte, não se pode inferir que o programa Bolsa Família é importante para a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, pelo contrário, as exigências do Programa, em parte, podem estar conduzindo para se ter uma maior informalidade com o intuito de permanecerem como beneficiários.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a situação dos jovens urbanos no mercado de trabalho brasileiro e avaliou o efeito do Programa Bolsa Família sobre o emprego formal, os rendimentos do trabalho e as horas de trabalho.

Como corolário, se constatou maior dificuldade dos jovens se inserirem no mercado de trabalho, apresentando maiores taxas de desemprego, de informalidade, com menores salários. A falta de experiência profissional é apresentada pela literatura como um dos principais fatores determinantes da exclusão dos jovens no mercado de trabalho, intensificada pela crise econômica vivenciada nesse período.

Mas dentre o grupo dos jovens, evidenciou-se uma exclusão ainda maior para os inseridos na condição de pobreza. Assim, se os jovens como um todo estão à margem, os que detêm um nível de pobreza mais intenso estão ainda mais isolados do mundo do trabalho, com índices alarmantes de informalidade e de desemprego, além de apresentarem os menores níveis salariais.

Esse cenário justifica a existência de ações diretas para romper esse círculo negativo, promovendo o bem-estar de toda a população. E o Programa Bolsa Família, dada as suas condicionalidades que recaem especialmente sobre os filhos dos beneficiados, tenderia a contribuir para essa reversão no médio prazo. Por isso, investigou a existência de impacto do Programa no mercado de trabalho dos jovens pobres brasileiros.

Os resultados não corroboraram essa hipótese, não identificando impacto estatisticamente significativo do PBF tanto no aumento de horas trabalhadas como na inserção no trabalho formal. Especialmente no caso deste último, a exigência de se ter uma renda per capita limitada para se inserir no Programa pode ser o motivo pelo qual os jovens beneficiários permanecem na informalidade, com postos de trabalho mais flexíveis, que possibilitam a não declaração da renda recebida.

No que se refere a formação da renda, o impacto do programa foi negativo e estatisticamente significativo. Esse resultado reforça a hipótese da escolha pelos empregos sem vínculo empregatício.

Portanto, não está se conseguindo atingir parte dos objetivos do Programa, não conduzindo a uma maior inserção dos jovens no mercado de trabalho formal, com rendas mais elevadas, inibindo a autonomia futura para essa população. E a restrição da renda per capita de até R\$ 170,00 para participar do Programa parece estar sendo decisiva para se ter resultados opostos ao que se objetiva com o PBF, mantendo as futuras gerações dos beneficiados na informalidade.

Nesse sentido, é necessária reformular alguns pontos do PBF, especialmente o que limita a renda per capita para a inserção no programa. Além disso, se faz necessário adotar políticas públicas para combater à informalidade, gerando novos postos de trabalho, especialmente com vínculo empregatício. Programas de incentivo à contratação de jovens também podem minimizar a vulnerabilidade ao desemprego. Arelado a isso, é necessário qualificar profissionalmente os jovens, com cursos técnicos e educação escolar de qualidade e que estejam adequadas às demandas do mercado de trabalho.

Por fim, frisa-se que a principal limitação das pesquisas de avaliação de políticas públicas que utilizam os dados da PNAD finda-se na ausência de uma variável que identifique os beneficiários do PBF. Por isso, torna-se imprescindível a inclusão da pergunta no questionário acerca de estar inserido no PBF e

há quanto tempo, visando melhorar os resultados estimados. Destaca-se também que em 2014 e 2015 a econômica brasileira estava em forte recessão e que o impacto da crise certamente afetou o mercado de trabalho, elemento que não foi considerado nas estimativas efetuadas nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A. A. (2010). “O Programa Bolsa Família e o Trabalho Infantil no Brasil”. Tese (Doctor Scientiae em Economia Aplicada). Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais.

BARBOSA, A. L. N. H.; CORSEUIL, C. H. L.(2013). “Bolsa Família, Escolha Ocupacional e Informalidade no Brasil”. In: CAMPELLO, T. (Org.); NERI, M. C. (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão*, Brasília: IPEA, p.327-340.

BRASIL. (2004a). *Lei nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004*. Criação do Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em junho de 2017.

BRASIL.(2004b). *Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004*. Regulamentação do Programa Bolsa Família. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/decreto/Decreto_no_5209_de_17.09.2004-1.pdf>. Acesso em junho de 2017.

BRASIL.(2014). *Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014*. Reajuste Programa Bolsa Família. Disponível em: < <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=02/05/2014>>. Acesso em junho de 2017.

CAMPELLO, T. (2013). “Uma Década Derrubando Mitos e Superando Expectativas”. In: CAMPELLO, T. (Org.); NERI, M. C. (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão*, Brasília: IPEA, p. 15-24.

CASTRO, J.A. (2010). “Desafios para a inclusão produtiva das famílias vulneráveis: uma análise exploratória.” In: CASTRO, J.A.(Org.); MODESTO, L. (Org). *Bolsa Família 2003- 2010: desafios e avanços*. Brasília: IPEA, p. 315-331.

CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, J. L. M.; SAMPAIO, R. M. B. (2016). “Impactos do Programa Bolsa Família na Renda e na Oferta de Trabalho das Famílias Pobres: Uma Abordagem Usando o Efeito Quantílico de Tratamento”. *Economia Aplicada*, 20 (2):173-201.

CORSEUIL, C. H. L.; FRANÇA, M. A. P. (2015). *Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho Brasileiro: Evolução e Desigualdades no Período 2006-2013*, Brasília: OIT.

COSTA, J. S. M.; OLIVEIRA, L. F. B. (2014). “Perfil educacional dos jovens: atraso e fluxo escolar”. In: CORSEUIL, C. H. R.(Org); BOTELHO, R. U.(Org). *Desafios à Trajetória Profissional dos Jovens Brasileiros Desafios à Trajetória Profissional dos Jovens Brasileiros*, Brasília: OIT, IPEA, p. 73-103.

COSTA, J. S. M.; ULYSSEA, G. (2016). “O Fenômeno dos Jovens Nem-nem”. In: CORSEUIL, C. H. R.(Org); BOTELHO, R. U.(Org). *Desafios à Trajetória Profissional dos Jovens Brasileiros Desafios à Trajetória Profissional dos Jovens Brasileiros*, Brasília: OIT, IPEA, p. 115-140.

CUNHA, D. A. ARAÚJO, A. A. LIMA, J. E. (2011). “Determinantes do desemprego e inatividade de jovens no Brasil metropolitano”. *Revista de economia e agronegócio*, 9 (3): 369-391.

DROPA, F. A. (2016). *O Impacto do Programa Bolsa Família sobre a Decisão de Trabalho das Crianças e Adolescentes de 5 a 15 anos*, 63 f., Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)-Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Ponta Grossa.

HEINRICH, C.;MAFFIOLI,A.;VÁZQUEZ,GONZALO. (2010). *A Primer for Applying Propensity-Score Matching: Impact-Evaluation Guidelines*. Inter-american Development Bank.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. (2015). *Pesquisa por Amostra de Domicílios – PNAD*. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default_brasil.shtm> . Acesso em maio de 2017.

JANNUZZI, P. M.; PINTO A. R. (2013) “Bolsa Família e seus Impactos nas Condições de Vida da População Brasileira”. In: CAMPELLO, T. (Org.); NERI, M. C. (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão*, Brasília: IPEA, 2013. p.179-192.

MENDONÇA, T.G.; LIMA, L.; LIMA, J.; LÍRIO, V; PEREIRA, V. (2012). “Determinantes da Inserção de Mulheres Jovens no Mercado de Trabalho Nordestino”, *Bnb*, 43 (4): 162:174.

NASCIMENTO, A.; KASSOUF, A (2016). Impacto do Programa Bolsa Família sobre as Decisões de Trabalho das Crianças: uma Análise utilizando os Microdados da PNAD. *Análise Econômica*, 34 (66): 225-254.

OLIVEIRA, A.M. (2016). *Impacto econômico de investimentos em infraestrutura de transporte rodoviário: avaliação do programa estradeiro nos municípios do estado de Mato Grosso*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco.

OLIVEIRA, S. R.; PICCININI, V. C. (2011). “Mercado de trabalho: múltiplos (des) entendimentos”, *Rev. Adm. Pública*, 45 (5): 1517-1538.

RAIHER, A.P. (2016). “Condição de Pobreza e a Vulnerabilidade da Mulher Brasileira”, *Informe Gepec*, 20 (1): 116-128.

ROSENBAUM, P.; RUBIN, D. (1983). "The Central Role of the Propensity Score in Observational Studies for Causal Effects". *Biometrika* 70(1): 41-55.

TAVARES, P. (2010). Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. *Economia e Sociedade*, Campinas, 19 (40): 613-635.

VASCONCELOS, A.M.; RIBEIRO, F.G.; GRIEBELER, M.; CARRARO, A.(2017). Programa Bolsa Família e Geração "Nem-Nem": Evidências para o Brasil. *Rev. Bras. Econ.* 71(2): 1:30.

APÊNDICE A: CORRELAÇÃO ENTRE AS COVARIADAS - 2015

	SulSudeste	Idade	Responsável	Raça	Cônjuge	Renda per capita	Escolaridade	npessoas	filhos
SulSudeste	1								
Idade	-0.0527	1							
Responsável	-0.0235	0.3056	1						
Raça	0.1794	-0.0492	-0.0244	1					
Cônjuge	-0.0887	0.3539	0.3988	-0.0598	1				
Renda per capita	0.0329	0.0215	-0.0717	0.0046	0.036	1			
Escolaridade	0.0412	0.1559	-0.0443	0.0568	-0.1031	0.0814	1		
npessoas	0.0215	-0.1425	-0.3557	-0.0445	-0.2307	-0.0061	-0.0957	1	
Filhos	0.0043	0.2629	0.2662	-0.0233	0.1623	-0.122	-0.048	-0.0993	1

Fonte: Resultado da pesquisa

APÊNDICE B: CORRELAÇÃO ENTRE AS COVARIADAS - 2014

	SulSudeste	Idade	Responsável	Raça	Cônjuge	Renda per capita	Escolaridade	npessoas	Filhos
SulSudeste	1								
Idade	-0.0313	1							
Responsável	-0.0061	0.3426	1						
Raça	0.1931	-0.0021	0.0108	1					
Cônjuge	-0.0277	0.3872	0.4255	0.0056	1				
Renda per capita	0.094	0.0724	-0.0397	0.039	0.0789	1			
Escolaridade	0.0268	0.1248	-0.0315	0.0888	-0.0748	0.0959	1		
npessoas	0.0182	-0.1587	-0.3752	-0.0578	-0.263	0.0007	-0.0798	1	
Filhos	0.0147	0.2815	0.2273	-0.0183	0.1495	-0.0726	-0.0456	-0.0955	1

Fonte: Resultado da Pesquisa